

Jorge Ribeiro

Lutas laborais nos primórdios da Guerra Colonial



JORGE RIBEIRO

Prólogo

Lutas laborais nos primórdios da Guerra Colonial



CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS
UNIVERSIDADE DO PORTO

Jorge Ribeiro

Lutas laborais nos primórdios da Guerra Colonial

TÍTULO: Lutas laborais nos primórdios da Guerra Colonial
AUTOR: Jorge Ribeiro
COLEÇÃO: Estudos Africanos – 9
COPYRIGHT: © Jorge Ribeiro e CEAUP
GRAFISMO E IMPRESSÃO: Sersilito-Empresa Gráfica, Lda – Maia
1ª EDIÇÃO: Julho 2018
DEPÓSITO LEGAL: 443159/18
ISBN: 978-989-8156-29-7
CAPA: Pindjikiti – greve em alta num cais em maré-baixa
EDIÇÃO: CEAUP
Faculdade de Letras do Porto
Via Panorâmica 4150 – 564 Porto
www.africanos.eu

Preâmbulo



Sacos de algodão prontos para carregar.

Entre 1959 e 1961, a administração colonial portuguesa praticou três ações de terrorismo de Estado em três dos seus mais importantes territórios africanos: Guiné (Pindjikiti, 1950), Moçambique (Mueda, 1960) e Angola (Baixa de Caçanje, 1961). Nos três casos, manifestações de trabalhadores foram criminosamente reprimidas á escala de crimes de guerra. Conhecendo o que veio a seguir, Talleyrand diria certamente que, pior do que crimes, foram erros. Em cada um desses “teatros de operações”, a formação dos movimentos nacionalistas e dos movimentos militares anticolonais foi poderosamente acelerada depois dos acontecimentos.

Curiosamente, a abundante historiografia sobre os nacionalismos africanos dos últimos 50 anos negligenciou o significado global desta sequência. Embora os próprios movimentos nacionalistas tivessem reconhecido a importância de cada um dos massacres para a respetiva mobilização local, o *efeito de conjunto* dos três processos sobre a administração colonial portuguesa tem sido deixado na penumbra.

O mérito principal deste trabalho é mostrar um pequeno/grande ovo de Colombo. Houve um padrão, três vezes repetido, simples e de grande impacto. Denominadores comuns postos em evidência:

- as manifestações reprimidas foram movimentos de estivadores, marítimos (Pindjikiti) e camponeses (Mueda, Caçanje), não de operários, de mineiros ou de ferroviários. Correspondendo ao

baixo rácio do capital investido nas colónias portuguesas, as ações de protesto envolveram trabalhadores explorados apenas pelo capital comercial, o setor colonial dominante da altura. De notar que nos casos moçambicano e angolano nem sequer de assalariados se tratou mas de famílias de agricultores.

- os protestos tinham já tido precedentes porque todos resultaram do trabalho forçado instalado desde a ocupação efetiva dos territórios. O cultivo obrigatório do algodão (cujo papel catalisador da exploração do trabalho no mundo colonial final equivale á do açúcar na época escravagista) aparece em dois deles.
- a série de protestos laborais entre 1959-1961 teve efeitos imediatos na política colonial: a revogação do Estatuto do Indigenato (Decreto Lei n° 43 893, de 6/9/1961), ao abrigo do qual o trabalho forçado tinha lugar.
- os movimentos foram espontâneos e sem participação de qualquer instituição estranha às respetivas classes (a cooperativa envolvida em Moeda era de camponeses). Essa espontaneidade de classe, que os tornou pouco “reivindicáveis” pelas organizações nacionalistas fez com que poucas vezes fossem descritos em pormenor e praticamente *nunca paralelamente*, como agora aqui se faz. Ao esforço da administração colonial para os ocultar, sucedeu-se o pouco interesse dos novos Estados em esmiuçar detalhes da sua “pré-história”. Daqui resultou, entre outras coisas, a imprecisão do número de vítimas para o qual quase só resta o auxiliar da memória coletiva.
- a repressão foi desproporcionada e brutal mas ninguém foi responsabilizado e muito menos punido. Houve até, como aconteceria noutras histórias coloniais tristemente célebres, condecorações e louvores – antes e depois da mudança de regime na Metrópole.

Ao apresentar as três histórias curtas em conjunto, o trabalho de Jorge Ribeiro confirma poderosamente uma reflexão, várias vezes presente na retórica política mas poucas vezes demonstrada: nas colónias portuguesas, as massas trabalhadoras anónimas indicaram o caminho às elites – e não o contrário.

Maciel Santos

Professor do Departamento de História da Faculdade de Letras
da Universidade do Porto / Centro de Estudos Africanos – CEAUP

Contra as condições de trabalho

O Movimento Sindical foi um dos meios de expressão dos sentimentos anticolonialistas e das reivindicações nacionalistas em África. O primeiro sindicato de africanos foi fundado em 1919 por Clements Kadalie¹, em Cape Town, a Industrial and Commercial Workers' Union of Africa.²

Os ingleses só em 1932 toleraram atividades sindicais na Gambia. Em 1939, na Serra Leoa. E, em 1941, na Nigéria e na Costa do Ouro³.

Acontecimentos apontados tantas vezes desde sempre como datas que assinalavam as primeiras ações armadas pela libertação das colónias portuguesas em África, em meados do século 20, declaram-se na verdade reações

¹ Saunders, Chris (June, 2012), "Pan-Africanism: The Cape Town Case", *Journal of Asian and African Studies*, 47: 291–300; "Media Library": Clements, Kadalie. South African History Online. Retrieved 15 July 2015.

² Boahen, Albert Adu "História Geral de África VII – *África sob Dominação Colonial*, UNESCO (2010).

³ McLaughlin, James L. and David Owusu-Ansah in "*A Country Study: Ghana*" (La Verle Berry), Library of Congress Federal Research Division (1994).

tumultuosas contra as condições de trabalho desumanas a que o colonizador submetia, sem quaisquer direitos, os trabalhadores.

A progressiva consciência do valor do trabalho e da necessidade de reivindicar formas da sua prestação e o seu pagamento, traduziram-se em greves e outros protestos.

Pindjikiti na Guiné, Mueda em Moçambique, Caçanje em Angola, constituem hoje *palavras-chave* maiores na história da emancipação de povos subjugados durante séculos. As lutas pela independência receberam aqui impulsos determinantes, espoletando a seguir uma tripla guerra anti-colonial.

Contra as condições de trabalho

O Movimento Sindical foi um dos meios de expressão das sentenças anticolonialistas e das reivindicações revolucionárias em África. O primeiro sindicato de africanos foi fundado em 1919 por Clement Kabane, em Cape Town, a Industrial and Commercial Workers' Union of Africa. Em 1935, os ingleses só em 1935 toleraram sindicatos sindicais na Gambia. Em 1939, na Serra Leoa. E, em 1941, na Nigéria e na Costa do Marfim. Acontecimentos espontâneos tanto vezes desde sempre como datas que assinalavam as primeiras ações armadas pela libertação das colônias portuguesas em África, em meados do século 20, doclaram-se na verdade reações

mil pessoas, apenas mais 14 mil que dez anos antes (1950), um crescimento demográfico de 9,27% ao ano.

Uma vez por ano, as empresas reuniam para "a festa anual", cujo propósito era celebrar os resultados dos trabalhos e os membros dos sindicatos. As celebrações eram realizadas em locais de recreio e de lazer, onde os trabalhadores tinham acesso a jogos, competições e a outros programas. O mesmo sistema era utilizado pelo Governo quando ocorria alguma comemoração, como o aniversário da independência ou o Natal.

PINDJIKITI, 3 de agosto de 1959



A PSP, com armas, levou o terror ao "cais da greve", matando estivadores e marinheiros de Pindjikiti.

Pindjikiti é o nome do cais ocidental do porto de Bissau destinado aos barcos de pesca e de cabotagem.

As principais casas comerciais da Guiné – “Casa Gouvêa”, “Eduardo Guedes”, “NOSOCO”, “Ultramarina”, “Barbosas & Comandita” – tinham ao serviço frotas de lanchas, à vela e a motor, que utilizavam no serviço de cabotagem, transportando mercadorias para os seus estabelecimentos comerciais, e trazendo, no regresso a Bissau, os produtos da terra como mancarra e arroz. O tráfego pelo rio Geba estendia-se até Bafatá e, para sul, até Catió e Cacine.

No comércio externo, contudo, só a Sociedade António Silva Gouvêa – na verdade uma firma do conglomerado empresarial CUF instalada em 1921 – detinha o monopólio do comércio externo, onde se destacava a produção da cultura obrigatória do amendoim. Que constituía, de resto, dois terços das exportações, englobando ainda a madeira e os produtos agrícolas. A Companhia União Fabril resultara, em finais do século XIX, de uma aposta bem sucedida do Banco Lusitano quando decidiu apoiar o patrão da CUF, Alfredo da Silva¹ a fazer sabão. A CUF / Casa Gouveia (já com grafia atualizada) dominou a economia da *Guiné Portuguesa*.

Bissau, capital da colónia desde 9 de dezembro de 1941 – já o havia sido em 1836 e em 1915 – tinha, na altura dos acontecimentos em Pindjikiti, pouco mais de 60 mil habitantes. O território, no seu todo, acolhia

¹ Pt.wikipedia.org/wiki/Alfredo_da_Silva (Consult. Março 2017).

525 mil pessoas², apenas mais 14 mil que dez anos antes (1950), um crescimento demográfico de 0,27% ao ano.

Uma vez por ano, as empresas reuniam para “acertar salários”, não para os aumentar, mas para os ajustar nos pagamentos aos membros das tripulações das várias frotas, de forma a evitar a concorrência na arregimentação de trabalhadores. Os marinheiros e os estivadores nunca eram consultados para tal. O mesmo sistema era utilizado pelo Governo quando, ouvindo apenas os comerciantes mais “importantes”, decretavam o preço a praticar para o amendoim. Eram as chamadas «tabelas oficiais».

A situação dos equipamentos das lanchas e outras embarcações das empresas coloniais era, em 1959, bastante deplorável. Os salários variavam entre 150 e 300 escudos.³ O capitão da embarcação ganhava ainda menos do que o próprio motorista, pois este em geral sabia ler e gozava do estatuto de “civilizado”. Os restantes membros da tripulação, sendo considerados “indígenas”, tinham de contentar-se com um salário de miséria, sem quaisquer regalias.

O transporte de cabotagem era o que garantia os maiores lucros aos empresários, dado que os seus encargos por tonelada transportada eram de longe os mais baratos. Para cada viagem, o tripulante recebia para a sua alimentação uma determinada quantidade de arroz e mais 15\$00 por mês para a compra dos condimentos necessários ao molho para o arroz.

Coragem da greve

Havia já muitos meses que o pessoal vinha pedindo uma melhoria da sua situação laboral, sem qualquer resultado. Encorajados com o descontentamento crescente dos trabalhadores das docas, os marinheiros fizeram

² Concretamente 525.437 conforme os Censos de 1960 publicados em Portaria Provincial da Guiné. Neste número encontravam-se incluídos oito mil “civilizados”, 50 mil “não-civilizados”, 4.500 mestiços e 2.300 brancos, a maioria destes vivendo em Bissau.

³ Fundação Mário Soares – www.fmsoares.pt (Consult. Janeiro 2017).

então saber aos patrões que estavam decididos a parar o trabalho se as suas reivindicações não fossem atendidas.

Nesse ano de 1959, a Casa Gouveia (com grafia atualizada) entendeu, mais uma vez, não respeitar o «acordo» salarial, escrito em nenhum lado, e decidiu não pagar pelo chamado “tabelado oficial”. Ao cabo de meses de mal-estar e protesto, os trabalhadores organizaram-se como puderam e decidiram questionar diretamente o Gerente Carreira, a face visível da Casa Gouveia/CUF que, por decisão pessoal, ignorava sempre as diretivas da própria casa-mãe que costumava aprovar o já de si magro “acordo anual de salários”.

O conflito laboral opunha pois, os trabalhadores portuários e os marinhos de cabotagem à Casa Gouveia que recusou responder às reivindicações de aumento dos salários e melhores condições de trabalho. «O Carreira disse-lhes *Não há aumentos nenhuns! Primeiro têm que se habituar a obedecer-me!*», recorda o General Carlos Fabião lendo o relatório militar da altura sobre os acontecimentos em Pindjikiti. Neste contexto, a paralisação do trabalho foi combinada para o dia 3 de agosto, uma segunda-feira.

António Barbosa Carreira chegou a Bissau ido da Ilha do Fogo, Cabo Verde, onde nasceu. Ao longo de 33 anos foi capataz de estradas, aspirante dos Correios e Telégrafos, quadro administrativo, secretário e administrador de Circunscrição Civil, Delegado Geral do Centro da População da Guiné e Intendente com medalha de Serviços Distintos e Relevantes no Ultramar. Em 1954, Carreira reformou-se da Função Pública para assumir o cargo de Gerente da Casa Gouveia. É ele o principal responsável pelo massacre de Pindjikiti. Vivia⁴ em Bissau com a sua mulher, Heloísa de Medina, e os seus filhos Isaura e Henrique Medina Carreira. Tal como aconteceu ao Governador da S. Tomé, Coronel Carlos de Souza Gorgulho, após o Massacre de Batepá, a 3 de fevereiro de 1953, o «governador da CUF» em Bissau também foi retirado para Lisboa onde o esperava uma alta condecoração do Estado. Tinha 55 anos de idade.

⁴ <http://expresso.sapo.pt/internacional/2015-09-15-O-massacre-de-Pidjiguiti-e-o-cao-do-administrador-Carreira>.

Prender ou eliminar

Ao porto de Bissau já tinham chegado notícias sobre greves realizadas em Dakar e em Conakri, exigindo aumentos salariais. Os mais velhos guardavam ecos da célebre greve dos ferroviários senegaleses em Thiés, em 1938, luta com a qual conquistaram melhores condições de vida, indemnização às famílias das vítimas durante a greve, e a garantia de diálogo para negociar outras reivindicações. Até à Guerra de 1939 – 1945, os partidos operários em França inundaram o Império com notícias sobre lutas laborais e apoiaram novas greves na Guiné-Conakri, na Costa do Marfim e no Sudão Francês. Segundo Luís Cabral⁵, então “guarda-livros” na Casa Gouveia, os trabalhadores guineenses já tinham ensaiado antes uma paralisação, mas sem consequências.

Na manhã de 3 de Agosto, centenas de homens reuniram-se no cais de Pindjikiti. Declarada a greve ao trabalho, militares e civis armados apresentaram-se de imediato no recinto. Os trabalhadores reclamam alto aumentos salariais. Ouvem-se disparos. E o comandante da polícia vai à esquadra buscar caixotes de granadas lacrimogéneas⁶.

A companhia estacionada no Quartel-General, em Bissau, avança com armamento Mauser K98. Todos os efetivos da PSP, empunhando espingardas Lee Enfield 7.7, invadem o porto. Os recrutas do Centro de Instrução de Civilizados de Bissalanca⁷ encontravam-se nessa altura no aeroporto de Bissau, com a missão de prestar “Honras de boas-vindas” à Esposa do Senhor Governador. No mesmo voo viajava, com destino a Luanda, o subsecretário de Estado da Aeronáutica, coronel Kaúlza de Arriaga, que não abandonou o avião.

Os recrutas, que nessa condição estavam proibidos de fazer fogo, recebem então ordens para se dirigirem rapidamente a Pindjikiti, com o objetivo de ajudar a *prender ou eliminar* os insurgentes. Todas as forças militares e

⁵ Cabral, Luís (1984), *Crónica da Libertação*.

⁶ «Incidentes no cais de Pidjiguiti em 3.8.1959» – Relatório da PIDE (IAN/TT Arquivos da PIDE Processo 299/46 SR Pasta 9/1 fl. 69).

⁷ Idem, idem.

policiais em presença montaram um cerco aos terrenos subjacentes ao cais, cujos portões haviam sido entretanto fechados pelos grevistas⁸.

Os trabalhadores, aparentemente protegidos, aguardaram. E poucos minutos depois sentem-se as primeiras cargas: os soldados e a polícia tinham rompido a frágil barragem dos portões e penetravam agora no recinto. Ao verem cair mortos muitos companheiros, os marinheiros compreenderam que a única solução era fugir para escapar à morte. Muitos lançaram-se às águas do Rio Geba, nadando desesperadamente com o objetivo de alcançar as embarcações. No cais, fazendo dali pontaria às cabeças fora de água, militares, polícias, e civis com as suas armas pessoais conseguiram matar ou ferir várias dezenas.⁹

Para esta página da história da Guiné Portuguesa e do Colonialismo em África, foram imprescindíveis a ação e o comportamento do Comandante dos Civilizados, Capitão José Manuel Severiano Teixeira, louvado e condecorado – após o 25 de Abril – pelos serviços prestados em África, e do Governador da Colónia, Capitão de Fragata António Augusto Peixoto Correia que, no fim da sua comissão na Guiné, foi chamado por Salazar para o cargo de Ministro do Ultramar. Em Lisboa, Severiano Teixeira também exerceu o cargo de Procurador à Câmara Corporativa da Província da Guiné¹⁰ enquanto representante do “comércio ultramarino” e das “conservas de peixe das províncias ultramarinas” – curiosamente, áreas de atividade onde eclodiram as lutas laborais em Pindjikiti.

Impacto na Ditadura

«Pindjikiti, com todo o seu terrível conteúdo de horror e desespero, serviu para acordar a consciência de muitos nacionalistas hesitantes, e veio

⁸ A. A. Mazrui / C. Wondji (2010) Comité Científico Internacional da UNESCO.

⁹ “Acontecimentos do Pindjikiti” – depoimento de Mário Dias – acessível em <https://blogueforanadaevaotres.blogspot.com> (Consult. Abril 2016).

¹⁰ parlamento.pt / Os Procuradores da Câmara Corporativa (acesso permanente).

provar a necessidade de lutar por todos os meios para destruir o colonialismo, o que exigia um trabalho longo e duro, pleno de sacrifícios».¹¹

Rafael Barbosa que, com Amílcar Cabral, participou na fundação do PAIGC¹², declarou ao longo da sua vida ter visto e contado 52 corpos retirados das águas do Geba. E foi à missa do primeiro aniversário do massacre onde *foram lidos os nomes de todos os trabalhadores assassinados*. Amílcar Cabral enviou na altura informações para a comunicação social em França, referindo 24 mortos e 35 feridos.¹³ Para Luís Cabral, em Pindjikiti os portugueses mataram 24 grevistas e feriram gravemente 37. Mais tarde, Aristides Pereira e o próprio Luís Cabral atualizaram em definitivo o número de baixas para 52 mortos.¹⁴ Para o número total de feridos, as diferentes fontes coincidem num número tácito: 100. Sem nunca ter contactado qualquer um destes nomes da guerrilha, o então tenente Carlos Fabião já havia efetuado o balanço de 52 mortos.¹⁵

O relatório da PSP de Bissau¹⁶ não aponta, contudo, qualquer morto nos acontecimentos, cingindo-se apenas à utilização, por parte da polícia portuguesa, de granadas de gás lacrimogéneo.

A Conferência Africana Francesa, realizada em 1944, tinha estabelecido um princípio:

*Toda a ideia de autonomia e qualquer possibilidade de evolução está fora do bloco do Império: a eventual constituição, mesmo longínqua, de um auto-governo nas colónias deve ser suprimida.*¹⁷

¹¹ UNESCO, 2010, op.cit.

¹² O PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde “nasce” a 19 de setembro de 1956, mas a sua verdadeira formação desenrolar-se-á apenas durante os anos de 1960 / 1962. Durante a histórica Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas, em 1961, são construídos os primeiros planos de ação no terreno. Até que a 23 de janeiro de 1963, Amílcar Cabral declara guerra a Portugal com o ataque a Tite (Quinara).

¹³ «O líder do PAIGC soube tirar as devidas ilações dos terríveis acontecimentos do dia 3 de Agosto de 1959», em excertos de “Crónica da Libertação”, op.cit.

¹⁴ Luís Cabral, idem.

¹⁵ www.fmsoares.pt (Consult. Jan 2017).

¹⁶ Cit. Relatório da PIDE (1959), ANTT.

¹⁷ A Conferência Africana-Francesa (1944, Brazaville) págs. 38 a 45.

Isto impedia as autoridades francesas e outros colonizadores de compreenderem os profundos movimentos entretanto desenrolados em África e de assimilarem a vontade das populações se desfazerem do jugo colonial (...). O despertar dos povos nestas colónias ecoou com tamanho impacto que desestabilizaria a ditadura em Portugal, contribuindo para a libertação do próprio povo português.¹⁸

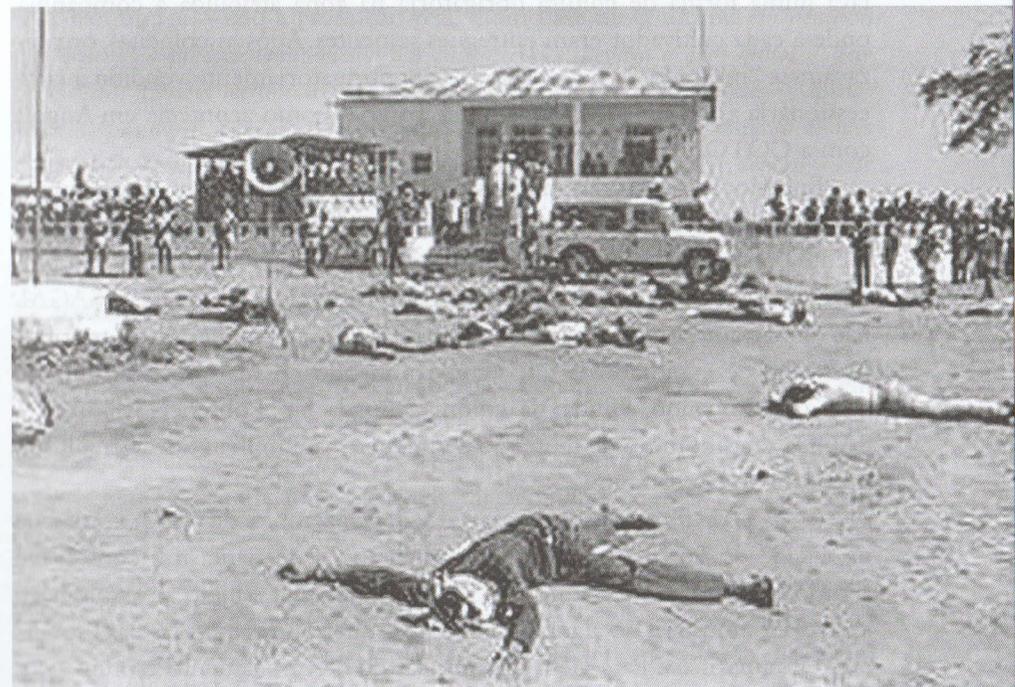
Três anos e meio depois de Pindjikiti, os guineenses iniciaram a luta armada.



Cais oriental do porto de Bissau no ano da Declaração de Independência pelo PAIGC (1973)

¹⁸ História Geral de África VIII – “A África desde 1935”

MUEDA, 16 de junho de 1960



Em Mueda, no Planalto dos Macondes, naquele 16 de junho só o altifalante do governador ficou de pé.

A seguir à Guerra de 1914–1918 viveu-se um período de euforia algodoeira no mercado internacional. Quando este entrou em declínio, o Salazarismo aplicou “novas formas de organização” criando as “companhias concessionárias” com funções de monopólios regionais. O sistema assentava numa forma de cultura obrigatória na zona atribuída à companhia, onde a cada cultivador eram entregues sementes. Após as colheitas, organizavam-se “mercados” onde o algodão era obrigatoriamente vendido à concessionária a um preço extremamente baixo – como acontecia em Angola com a COTONANG.

Em Moçambique, nas mesmas condições, e em contexto de economia primitiva com emprego de trabalho forçado, o algodão afigurava-se igualmente como cultura de rendimento e exportação do maior valor. Só que, em Cabo Delgado, Salazar e a Sociedade Agrícola Algodoeira – SAGAL não contavam com a reação dos trabalhadores às condições de trabalho, às formas de exploração a que eram compelidos. A mais de 2.500 km da sede do Comando Militar da colónia, situada em Lourenço Marques, a SAGAL era sinónimo de repressão e violência para milhares de agricultores no norte do Moçambique.

A SAGAL fora constituída em 15 de Dezembro de 1933, com sede na cidade de Porto Amélia, e um capital social de trinta mil contos. De acordo com os seus estatutos, a SAGAL tinha por objeto «a exploração agrícola e industrial do algodão ou de quaisquer outras culturas nas Províncias Ultramarinas». Para além das fábricas de descaroçamento e prensagem

do algodão em Montepuez e Maate, dirigia as plantações de sumaúma em Namara, Meloco, Balama, Mesa e Namuno. Além desta atividade, a Sociedade era ainda representante de empresas como a *Caltex*, combustíveis e lubrificantes, *Companhia de Seguros Lusitana*, *Companhia Colonial de Navegação*, e *Mabor* – pneus e camaras de ar.

Em Cabo Delgado, onde emerge, imponente, o Planalto dos Macondes, situavam-se os campos de algodão. Mueda, o palco dos acontecimentos de 16 de junho de 1960, dista escassos 60 km da fronteira com o Tanganyka, que alcança a sua independência em dezembro do ano seguinte.

Em 1939, Armando Salbany, um funcionário da Junta de Exportação do Algodão Colonial – JEAC, sistematizou a informação disponível sobre os cultivos do algodão em Moçambique, onde a produção mínima deveria ser 300 kg por hectare. No relatório da JEAC, esta é considerada a “produção mínima que a cada indígena deverá caber para que a cultura seja económica” – não a produção real. Com base nesta última, *em nenhum dos distritos a produtividade média das circunscrições chegava a 200 quilos / hectare; dessas divisões territoriais – num total de 23 com dados disponíveis –, apenas sete ultrapassavam a média de 100 quilos / hectare. (...) Pagar o imposto através desta receita seria equivalente a um agregado familiar camponês ter de dedicar a esse encargo fiscal 226 dias do seu trabalho anual.*¹

O lado negro do algodão

Em 1945 a exportação moçambicana nas remessas do Império foi em média de 68%, seis vezes e meia superior à angolana. Uma tal discrepância refletia as diferenças na dimensão da respetiva produção e constitui a primeira grande contradição a confirmar a irracionalidade fiscal e a técnica do

¹ O imposto camponês no Norte de Moçambique (1929 – 1939) – um cultivo forçado, fator de crescimento? – *Atas do Congresso Internacional Saber Tropical em Moçambique: hipótese, memória e ciência* (2012), Lisboa: IICT.

algodão colonial. É que as regiões algodoeiras angolanas tinham incontestavelmente mais aptidões que as moçambicanas.²

Assim se conclui que a intensificação da cultura foi nitidamente feita do lado errado. *Sendo em Moçambique o rendimento médio por hectare de apenas de 0,66 do de Angola, em média utilizaram-se do lado moçambicano oito vezes mais trabalhadores e cinco vezes mais hectares de terreno que em Angola. (...) A promoção do cultivo do algodão foi uma escolha deliberada por parte da administração colonial para monetarizar a cobrança do imposto indígena (...) e, em muitas regiões algodoeiras dos distritos do norte de Moçambique a cultura do algodão, desconhecida da agricultura tradicional, começou a ser introduzida pelas autoridades coloniais sem qualquer estudo ou reconhecimento agronómico prévio. (...)*

Quando a pressão fiscal sobre os camponeses teve condições para ser compatibilizada com as exigências da procura algodoeira, durante toda a década de 50, deu-se o abandono da maior extensão de terrenos marginais. Nos relatórios publicados no jornal “Província do Niassa” são descritas amiúde situações da existência miserável em que viviam os gentios. Como eram os casos de Metónia, na mesma área de Metarica, e de Malena no Distrito de Moçambique, mais tarde Distrito de Nampula. Escreveu o jornal: *Quasi todos os indígenas andam vestidos de casca de árvores, e é assim que nos aparecem os próprios polícias, que, no entanto, são os representantes da autoridade, os mensageiros da nossa soberania.*³

Em 1957, forçados a trabalhar nas *farmas*⁴ dos europeus e na construção de estradas durante longas horas do dia, sem comida, e ameaçados de multas por incumprimento das metas da apanha do algodão, os trabalhadores decidiram criar uma cooperativa, a que deram o nome Sociedade Agrícola Algodoeira Voluntária dos Africanos de Moçambique. Reivindicavam “um fundo para comprar bicicleta”, muito importante para as grandes deslocções aos locais de trabalho, e “papel e lápis para discutir a produção”.

A população era ainda obrigada a plantar sisal, com um salário irrealista, e mais algodão nos lugares que antes dispunham para as culturas de

² “Imposto e algodão – o caso de Moçambique (1926-1945)” in Santos, Maciel / CEAUP, *Trabalho forçado africano – articulações com o poder político* (2007), Porto: Campo das Letras.

³ Em Jornal A Província do Niassa (1938), Vila Cabral.

⁴ Gíria de *farm*, “fazenda” em inglês, aqui aportuguesada no plural.

subsistência. O *Xibalo* – trabalho forçado – era o regime através do qual a administração colonial fornecia mão-de-obra barata aos colonos das grandes machambas⁵. A cooperativa protestava contra o xibalo, a palmatória e a humilhação. Quem criasse galinhas e cabritos, à revelia do algodão, era obrigado a vender os animais por preços muito elevados.

Estratagemas

«Em julho de 1959 a Cooperativa já tinha 1.500 membros. Foi nessa altura que o governo português, instigado pela SAGAL, proibiu aceitar novos sócios, declarando que a partir dessa data todos os moçambicanos eram obrigados a trabalhar para a SAGAL, que começou a efetuar, em nome do governo, fiscalizações às nossas machambas⁵ com o objetivo de destruir todas as árvores de fruto e cajueiros porque prejudicavam a qualidade do algodão. Os nossos agricultores eram detidos e multados por não terem atingido a produção mínima de algodão». A cooperativa foi prontamente desmantelada pelas autoridades e os seus dirigentes foram presos.⁶

Os macondes apanhavam o algodão – 250kg por hectare em produção manual – e vendiam-no obrigatoriamente ao monopólio da SAGAL. A feira em Mueda comportava-se como o encontro económico e social mais importante do Planalto.

Para além da cultura forçada era cobrado aos agricultores um imposto por cada quilo, destinado a um alegado “fundo de obras públicas”. O trabalho era severamente controlado por capatazes da SAGAL⁷ que, a par dos chefes de secção e de posto, e dos administradores de circunscrição, usufruíam percentagens sobre as colheitas.

⁵ Machamba – terreno agrícola.

⁶ Lázaro Kavandame, um dos fundadores desta cooperativa (SAVAM) que os portugueses exibiram como «Desertor da FRELIMO», foi ouvido pelo Comité de Descolonização das Nações Unidas em 25 de Março de 1965.

⁷ Em 31 de Outubro de 1963, a SAGAL desistiu da sua atividade como «concessionária de zonas algodoeiras».

Nas banjas⁸, os cultivadores sempre se queixavam da falta de condições para cultivar o seu milho, por causa do algodão. O problema principal, depois da fome, centrava-se no facto de aqueles terrenos do planalto não serem bons para o algodão. «Mas, se não vai para o algodão, o preto leva porrada, paga multa e fica preso», reclamavam, indignados, os agricultores. Muitos fugiam para o Tanganyka⁹.

A Cooperativa era diferente: reduzia o trabalho forçado e aumentava a produção. Mas as multas eram omnipresentes, e ainda mais pesadas se não fossem cumpridas as “metas”. Quem não sacha, e deixa o terreno com mato, também vai para a cadeia. Os trabalhadores pretendiam introduzir alterações na produção do algodão com base no sistema cooperativo. Declarando, por estratégia, não querer pôr em causa a SAGAL, passaram a questionar abertamente a sua situação laboral.

Em junho de 1960, os dirigentes da cooperativa Tiago Muller, Faustino Vanomba e Kibiriti Diwane, bem conhecidos do povo, começaram a contactar as autoridades para pedir melhores salários e, de uma forma geral, discutir o trabalho forçado. Os portugueses mandaram os “cabos de guerra” pelas aldeias, convidando os camponeses para uma reunião em Mueda no dia 16. Do Tanganyka, onde se encontravam 300 mil macondes refugiados, deslocaram-se Modesta Yyusu e Ernesto Abdala para ir à reunião.

À queima-roupa

«O Governador de Moçambique | quando chegou ao Posto | convidou os nossos chefes a entrar. Eu esperei cá fora. (...) Quando surgiram na varanda, o Governador perguntou à multidão se alguém queria falar. Muitos quiseram fazê-lo e o Governador mandou-os juntar à parte. Então, sem mais palavras, ordenou que

⁸ Banja – reunião, assembleia popular em Moçambique (termo de origem banta).

⁹ O Tanganika foi dado como independente a 9 de dezembro de 1961. O Zanzibar em 1963. A unificação dos dois como Tanzania, ocorreu a 26 de abril de 1964.

lhes amarrassem as mãos, e a polícia começou a massacrá-los. Eu vi tudo» – testemunho de sobrevivente.¹⁰

De seguida, o Governador, comandante da Marinha Carlos Alberto Teixeira da Silva, puxou da palavra e perorou sobre escolas, estradas e trabalho. No final da prédica deu ordem aos manifestantes para formar em linha com o fim de serem algemados. O povo reagiu e começou a avançar em direção ao Governador. Ato contínuo, o chefe de Posto Manuel Godinho levanta a sua arma e abate o primeiro homem. Os sipaios, avisados da armadilha engendrada pelo comandante, desatam então a disparar sobre a multidão. Ao mesmo tempo, um pelotão de Infantaria, emboscado nas imediações da aldeia e integrando trinta soldados pertencentes à Companhia Nativa de Recrutamento Local, comandados pelo Alferes Silvestre Martins, avançou lançando granadas de gás e, conforme o respetivo relatório militar, efetuando «tiros para o ar».

Dos líderes dos trabalhadores, o refugiado Ernesto Abdala já havia sido preso mal atravessara o Rio Rovuma. Tiago Mula foi detido já em Mueda e enviado para Lourenço Marques sob prisão. «Quando chegaram à aldeia | os camponeses | não viram que a tropa estava escondida», e «os agentes da administração colonial estavam disfarçados».¹¹

Dois dias depois, 18 de junho, chegou a Mueda, vinda de Nampula, uma companhia de intervenção para «reforço» do aparato repressivo e armada com pistolas metralhadoras FBP – para os graduados –, Mausers e Lee Enfields compatíveis com baioneta – para os soldados.

Como resultado das agressões sangrentas ali perpetradas, registaram-se vinte mortos, segundo o oficial do exército que deu «tiros para o ar». Já para o chefe do posto, que fez segurança ao governador, houve catorze mortos no terreno e mais trinta e quatro feridos. Missionários na região informaram o Bispo José dos Santos Garcia, em Porto Amélia, terem contabilizado trinta mortos. O relatório militar final aponta para dezassete mortos, o mesmo

¹⁰ Alberto Chipande, sobrevivente do massacre de Mueda, no livro *Datas e Documentos da História da Frelimo* (1975). Alberto Joaquim Chipande integra hoje o Exército de Moçambique com a patente de general.

¹¹ Relato de Manuel Godinho no seriado da RTP sobre a Guerra Colonial.

número que consta no “balanço oficial da fiscalização administrativa efetuada”¹². Para a testemunha Alberto Chipande, que participou ativamente na banja de Mueda, o número de mortos coincide com o dos padres – 30 –, a que se deve acrescentar duas crianças atropeladas e 34 feridos graves. Nunca foram contabilizados os que morreram posteriormente à data, vítimas dos graves ferimentos sofridos durante as cargas da tropa e dos sipaios. Conforme as declarações do chefe Godinho, os participantes na banja que, em pânico, conseguiram fugir, abandonaram em Mueda mais de 1.500 bicicletas.

Quatro anos depois, a 25 junho de 1964, é proclamada a guerra pela Independência de Moçambique.

Mueda impulsionou a organização da FRELIMO¹³ para a luta armada. Mueda tem grande importância na história das lutas de libertação. Foi o Massacre de Mueda que demonstrou em absoluto que qualquer tentativa pacífica de alcançar a independência seria inútil e ineficaz: o único caminho era a força, a violência revolucionária, a luta armada.¹⁴



Banco Nacional Ultramarino em Porto Amélia.

¹² Informação 26^a/B/11, em 24 de Novembro de 1960, de um inspetor administrativo ao Secretário Provincial. Arquivo Histórico de Moçambique da UEM – Universidade Eduardo Mondlane, no Maputo

¹³ A FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique foi fundada em Dar-Es-Salam a 25 de junho de 1962. O primeiro ataque aos portugueses foi desencadeado no Chai (Cabo Delgado) no dia 25 de setembro de 1964.

¹⁴ Livro *Datas e Documentos da História da UEM*.

CAÇANJE, 4 de janeiro de 1961



O cenário na baixa de Caçanje, a 4 de janeiro, repetiu-se nos musseques de Luanda – na sequência do 4 de fevereiro, e a 15 de março – no Uíge e no Zaire.

A baixa de Caçanje, em Angola, é uma imensa depressão geográfica com 80 mil quilómetros quadrados distribuídos entre Malanje e as Lundas. A sublevação¹ dos agricultores alastrou aos municípios de Quela, Cunda-dia-Base, Kiwaba Zonie, em Malange, e Xa-Muteba, Capenda Camulemba, Cubalo, na Lunda Norte. Em 1961, esta região não ultrapassava as 35 mil famílias – cerca de 150 mil habitantes.

Os campos de algodão encerravam perto de 90 mil agricultores, todos eles forçados a cultivar o algodão e a vendê-lo à Companhia Geral dos Algodões de Angola – COTONANG. No dia 4 de Janeiro desse ano os agricultores decidiram levar à prática uma greve contra as condições de trabalho, origem da miséria extrema em que viviam. Exército e Força Aérea, estacionados na Colónia, foram chamados deliberadamente para *reprimir com firmeza a agitação* dos trabalhadores.

Os capatazes da COTONANG – empresa de capitais belga e português criada em 1926, contemplada em março de 1947 com a concessão da exploração do algodão em regime monopolista numa área equivalente à da Metrópole – aperceberam-se que estavam a alastrar os protestos contra a subida do Imposto Geral Mínimo, de 250 para 350 escudos, enquanto o quilo do algodão era pago a um escudo. Um camponês, para suportar esse brutal imposto tinha que vender, no mínimo, dez sacos de 50 quilos de

algodão. Se não o conseguisse via-se obrigado a contrair, sucessivamente, dívidas e mais dívidas.

Na mesma situação encontrava-se outra empresa algodoeira, a Lagos & Irmão, embora de muito menor dimensão. A produção geral anual de algodão na baixa de Caçanje atingia as cinco mil toneladas.

O sucesso da COTONANG, com escritórios em Malanje, tinha muito por base o abandono obrigatório, por parte das populações, da criação de gado e da produção da batata-doce, da mandioca e do feijão. A fome aumentava todos os dias. Quem recusasse o duro trabalho nos campos era torturado sumariamente, um “serviço” requisitado à PIDE que, no Natal de 1960, acabara de montara na capital do distrito uma cadeira elétrica.

Os indígenas eram, pois, obrigados a semear, cultivar e depois vender aos concessionários o “seu” algodão por um preço fixado pelo Governo sete vezes inferior às cotações dos mercados internacionais. Se a colheita se perdesse, os trabalhadores não tinham direito a qualquer indemnização. As lavras eram feitas onde os capatazes da companhia indicavam, quantas vezes a 70 / 80 quilómetros das áreas de residência dos camponeses, por via da saturação dos terrenos.²

O rendimento anual de cada cultivador não ultrapassava os 300 escudos. O seu aumento era uma das principais reivindicações. Outra reclamava o fim dos roubos diretos a que eram submetidos os camponeses na altura da fraudulenta pesagem do algodão. A infamante lista de multas, a que eram permanentemente submetidos, elencava motivos como *fazer queimadas*, falta de *licença de porte de arma* de fogo (que não possuíam), multa de *uso de mulher sem licença*, e castigos corporais por qualquer razão invocada pelos funcionários da COTONANG. Que, no momento de aplicar a palmatória ou puxar do chicote e do cavalo-marinho, condescendiam trocar o castigo corporal por mais uma multa em dinheiro.

Muitos dos camponeses multados acabavam por ser arrastados para a prisão em Malanje. Aqui, eram-lhes cobradas coimas por *ocupação de cela* e autorização para *ida à latrina*. Nos locais de trabalho, os trabalhadores paga-

¹ Barbeitos, Arlindo (2011) *Angola – Portugal, Representações de si e de outrem ou o jogo equívoco das identidades*, Luanda: Kilombelombe.

² Davidson, Basil (1972) *In the Eye of the Storm: Angola's People*, Long Island: New York Double.

vam serviço de *escolta até ao campo*, licença para *iniciar a lavra* (10 escudos) e *hora de despegar do trabalho* (2 escudos e 50 centavos). «*Antes da COTONANG nós tínhamos gado e colheitas – depois, nunca mais tivemos nada*»,³ queixavam-se os pretos da baixa de Caçanje.

Independência do Congo

A independência do chamado «Congo Belga», em 30 de Junho de 1960, veio reavivar o sentimento nacionalista dos angolanos, ajudando a denunciar a situação nos campos onde trabalhavam os *bacongos*, tribo com raízes comuns nos dois lados da fronteira.⁴ A dissolução da antiga colónia privada do «rei» Leopoldo constituiu influência decisiva na revolta na baixa de Caçanje.

No então Congo – Léopoldville (Kinshasa desde 1966), as eleições realizadas deram origem a um governo presidido por Patrice Lumumba. O seu opositor, Moïse Kapenda Tshombe, não aceitou a derrota e declarou independente a província do Katanga, muito rica em minérios e diamantes, no que foi prontamente apoiado pelos governos de Lisboa e de Londres. Na guerra civil desencadeada nessa altura, americanos, belgas e franceses ajudaram a prender o primeiro-ministro Lumumba, que acabou fuzilado pelo próprio “Tshombe”. A situação criada abriu mais tarde as portas a um sargento da polícia colonial, Mobutu,⁵ que através de outro golpe de estado acabou por se instalar no poder durante os 32 anos seguintes.

Lumumba tinha sido um sindicalista respeitado, encabeçou consideráveis greves e ações de luta, chegando a fundar e presidir a um sindicato que

³ Pinto, Alberto Oliveira (2015), *História de Angola*, Campinas: Mercado de Letras.

⁴ Batsikama, Patrício (2013), *Informação Geral do Município da Damba e da História do Kongo*, Angola.

⁵ O ditador Mobutu Sese Seko, responsável por milhões de mortos e pelo o êxodo de populações do Congo, transformou um dos países com as maiores riquezas naturais num dos mais pobres do mundo. Em 1984, Portugal condecorou-o com o Grande Colar de Ouro do Infante D. Henrique.

reivindicava o reconhecimento das federações sindicais belgas – que lhe foi sempre recusado. Todas estas movimentações e as novas políticas sociais do Congo acabaram por chegar aos ouvidos dos camponeses, dos mineiros, dos trabalhadores noutros campos, aldeias, cidades, e territórios limítrofes do Congo – como a vizinha «Angola portuguesa». *Os administradores da COTONANG, ávidos de uma intervenção rápida e exemplar por parte dos militares, denunciaram a Luanda que os nativos das sanzalas no Caçanje estavam a ser doutrinaados por agitadores vindos da República do Congo – Léopoldville*.⁶

As revoltas no antigo Reino do Caçanje tiveram origem na resistência à administração colonial portuguesa, chamada a *pacificar* a população em 1911. Os ressentimentos, contudo, não desapareceram sendo subestimada a característica guerreira dos Maholos. «*Fizemos deles agricultores à força, e agora andamos a bombardeá-los do céu*».⁷

Desta vez, os protestos tinham começado em Outubro de 1960 com os trabalhadores a rejeitar receber as sementes do algodão para a próxima lavra, em Janeiro. O Governador-Geral, Sá Viana Rebelo, já tinha regressado a Lisboa em Agosto sem ser substituído. Durante o vazio criado, o poder colonial em Luanda assistia amedrontado aos acontecimentos que se desenrolavam dos dois lados da fronteira. A administração da COTONANG exigia «rápida resposta aos rebeldes», após o capitão Teles Grilo ter identificado *inúmeras rebeliões*, de Milando até Xa-Muteba.

A 4 de janeiro de 1961, a greve⁸ faz-se sentir em toda a baixa de Caçanje. Só dez dias depois, noutro ponto alto da «crise do algodão» – eufe-

⁶ Curto, Ramada e outros (2016) *Políticas coloniais em tempo de revolta – Angola circa 1961* (pp 151 – 152: Relatório Secreto do inspetor Moraes Martins do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, sobre os Incidentes na baixa de Caçanje, enviado ao subsecretário de Estado da Administração Ultramarina, Adriano Moreira, em 7 de Março de 1961), Porto: Afrontamento.

⁷ Vaz, Camilo Rebocho (1961), *Norte de Angola – A Verdade e os Mitos*, Lisboa.

⁸ Esta greve foi planeada inicialmente no Congo a 4 de janeiro de 1959, dia em que, aproveitando uma onda de distúrbios na capital do Congo Belga, alguns angolanos saqueiam lojas de portugueses, sendo expulsos para «o lado de lá da fronteira». A administração colonial distribuiu esses elementos por plantações de algodão no Caçanje e por fazendas de café. São estes angolanos que escolhem o dia da greve dos camponeses em Janeiro de 1961: 4 – data simbó-

mismo oficial com que se escondia a luta laboral – desembarca finalmente em Luanda o novo Governador-Geral, juiz-conselheiro Álvaro Rodrigues da Silva Tavares, ex-secretário de Estado da Administração Ultramarina. A novidade para operar no terreno chama-se então Batalhão Eventual – B.E., constituído por três companhias de caçadores, já existentes, mas que chegam tarde à «zona de conflito» durante o mês de Fevereiro. O comando deste B.E. foi entregue ao major Camilo Augusto Miranda Camilo Rebocho Vaz, com a missão de «restaurar a ordem pública».

Tropa artesanal

Rebocho Vaz foi incapaz de travar a expansão da revolta e, muito menos, «pacificar a região». Silva Tavares, já no seu posto, tinha a vantagem de ter lido em Lisboa cartas enviadas a Salazar pelo seu “agente secreto” no Congo, Jorge Jardim, que nos últimos dois anos fora informando o Presidente do Conselho da realidade política do país vizinho, sobretudo depois das eleições e na perspectiva de o seu resultado poder vir *incomodar o lado de cá da fronteira*.⁹

Mas Jardim também falhou nas suas previsões, confinando a possível *instabilidade* apenas à fronteira Norte. O espião, ao contrário de Sá Viana Rebelo,¹⁰ não admitia que a revolta atingisse a fronteira leste que delimita, no sentido norte – sul, Uíge e Malanje.¹¹ Dado o alastrar da luta dos agri-

lica em Léopoldville. Holden Roberto, líder da UPA e futuro fundador da FNLA declarou posteriormente, por várias vezes, que a influência dos seus homens ficou por ali. Lúcio Lara, em 1967, pôs de lado qualquer participação do MPLA na greve no Caçanje. São as condições de trabalho que consubstanciam a luta dos algodoeiros. É o tempo das chuvas, época das sementeiras do algodão, quando a paragem do trabalho comprometerá a colheita que se segue.

⁹ *Cartas de Jorge Jardim a Salazar*, Lisboa: ANTT/Arquivo Salazar-AOS/CP com «vistos» do chefe do Governo

¹⁰ *Carta do Governador-Geral de Angola ao Ministro do Ultramar*, Luanda (7.1.1959), Lisboa: ANTT/AOS/CO/UL-68 Pasta 16, 5ª Sub-Divisão.

¹¹ A aparente dicotomia alimentava uma discussão entre um diploma de 1958 que determinara para Angola a concentração das tropas e um «acordo de princípio» que antes implementasse

cultores, as tropas «eventuais» cedo se revelam insuficientes para cumprir a missão de forma definitiva.

No sobado de Kivota¹², os agricultores das sanzalas de Ganga Moxica e Gombe (Posto de Milando) dão o primeiro sinal de Insubmissão: recusam pagar o “Imposto Geral Mínimo” e anunciam fazer greve total ao trabalho, ameaçando amarrar capatazes e sipaios da Cotonang.¹³ O Administrador da Circunscrição, Henriques da Silva, reclama a presença urgente da 3ª Companhia. Em Quela, a tropa colonial já encontra a população em peso reunida no centro da vila. «*Dei ordem de fogo às duas metralhadoras e à bazuca. O tiroteio foi infernal. As primeiras linhas dos revoltosos começaram a cair. A bazuca abriu no meio deles uma grande clareira e, sob continuação da intensa metralha, o grupo foi caindo. Quando ordenei alto ao fogo, foi necessário gritar e apitar intensamente. Após tudo serenado, verifiquei que os meus homens se encontravam lívidos (...) sendo necessário andar a acalmá-los e a encorajá-los*». Neste excerto do seu relatório sobre a primeira chacina, o comandante da 4ª Companhia do Batalhão Eventual, Luís Artur Carvalho Teixeira de Moraes, contou “71 mortos e 41 feridos entre os indígenas revoltados”. Foi a primeira resposta à greve na baixa de Caçanje. Depois de Quela, a 4ª companhia dirigiu-se a Cunda-Ria-Baza, onde foram mortos mais 700 camponeses.¹⁴

Aldeias apagadas do mapa

Um mês depois, o «apoio aéreo» implorado pelo Governador de Malange, Júlio Monteiro, chega aos céus de Caçanje com um plano gizado

a «*dispersão das forças terrestres ultramarinas que permita reforçar a soberania e a autoridade*». Este parecer, que ocupou várias sessões na Assembleia Nacional incorporava uma Introdução do Ministro do Ultramar, Vasco Lopes Alves, Lisboa: ANTT, Diário das Sessões NA – 1960 / Relatório de Missão.

¹² *Protesto no Sobado de Kivota – sanzalas Ganga Moxica e Gombe / Posto de Milando*, (1995) RIEA.

¹³ Grilo, Teles (1961) *Relatório do Comandante da 3ª CCE*: Luanda: BE, 23 de Fevereiro 1961.

¹⁴ McVeigh, Malcom, missionário metodista colocado na área de Malanje (1961) *Conditions of Angola – US Department of State*, 14 julho 1961.

entre o tenente-coronel Soares de Moura, comandante da Base Aérea do Negage, e o Comandante da 2ª Região Aérea, general Fernando Pinto Resende. Uma esquadrilha de nove aviões T6, PV-2 e DO27 despeja bombas¹⁵ que arrasam dezassete aldeias. Quando os *encontros com os insurretos* se tornaram mais frequentes, os aviões Auster¹⁶ entram em cena com oficiais do Exército a bordo ajudando a «dispersar grupos hostis». Estes militares, que ficaram conhecidos por «bombardeiros», levavam consigo caixas de granadas defensivas entre os seus pés, lançando-as, uma a uma, sobre as populações – tirando-lhes a cavilha e introduzindo-as dentro de jarros de vidro que, ao quebrarem no impacto com o solo, provocavam o desprendimento da alavanca.¹⁷ Os aviões, de si lentos, ganhavam tempo para se afastarem das explosões, *provocando apenas ferimentos graves e morte entre os grupos visados*.¹⁸

Na noite em que a 4ª companhia chegou a Malange, o comandante do Batalhão Eventual revelou que o apoio aéreo continuaria a ser prestado pelas *avionetas da Cruz de Cristo* (as Auster) a partir de Malange (para missões de reconhecimento e reabastecimento) e pelos PV-2 (Harpoons, aparelhos da II Guerra Mundial, armados com metralhadoras de 12.7mm

¹⁵ John P.Cann (em *Baixa do Caçanje – catalyst for righting a wrong*, 2011) refere um ataque aéreo em Marimba, a 9 de Fevereiro de 1961, com bomba de 45 Kg, largada a cerca de 150 metros de altitude, sem espoleta de retardamento, pelo que – especifica o autor, o avião regressou à base com perfurações de estilhaços na asa e motor esquerdos. Este bombardeamento surge na revista *Afrique Asie* como tendo sido de napalm. Ora, o napalm – fornecido em abundancia pela NATO – foi intensamente utilizado em Angola mas apenas a partir do Verão desse ano, quando entraram em cena os F-84G Thunderjets. Além disso, o napalm é um fluido incendiário, não provoca estilhaços.

¹⁶ Os Auster D.5/160 eram construídos pela firma britânica Auster Aircraft Co, mais tarde Beagle Company. Vinte e oito foram fabricados na Grã-Bretanha, onze dos quais enviados para Angola em 1960. Quatro dessas aeronaves participaram nas operações na baixa de Caçanje. Com início em 1962, a Beagle Co. despachou para Portugal mais 147 Austers em *kit*, sendo montados nas Oficinas Gerais de Material Aeronáutico (OGMA), em Alverca, até 1966.

¹⁷ P. Cann, John – ex-Capitão-de-mar-e-guerra na Força Aérea da US Navy (2011), na *Revista Militar* n.º 2508 / Janeiro. Tradução do Major-general Marques Pinto.

¹⁸ McVeigh, *ibidem*.

adaptadas que levantavam de Luanda para proteger a progressão das forças terrestres).

O mesmo oficial informou, porém, não ser possível o contacto rádio entre os diferentes meios porque os aparelhos dispunham de tecnologias incompatíveis entre si. Neste contexto, as comunicações seriam estabelecidas por «mensagens escritas em pequenas bandeiras brancas, por sinais de código como na I Guerra Mundial, ou por papéis escritos atados a pedras e lançados dos aviões para terra».

Os massacres perpetrados pelo Exército e a Força Aérea foram planeados e autorizados pelo “estado-maior” de Silva Tavares, depois de ouvido o delegado da COTONANG, José Mendes Martins, o comandante-chefe em Luanda, general António Miguel Monteiro Libório, e o Bispo de Malanje, Nunes Gabriel – que concordaram.

O resultado levou o missionário em Quessua¹⁹ a informar as autoridades sobre dez mil mortos. O relatório da comissão de inquérito nomeada mais tarde pela ONU refere 5.524 mortos a tiro. Em 1979, o primeiro presidente de Angola, Agostinho Neto, inaugurou em Quela um memorial constituído por cinco montes acolhendo cada um deles os restos mortais de mil mortos na baixa de Caçanje²⁰.

O primeiro genocídio

A atuação do colonialismo português em Caçanje provocou a fuga de muitos milhares de angolanos através da província de Kwanza-Sul. Só na fronteira da Lunda Norte, encontravam-se 50 mil refugiados angolanos. Pequenas tribos nunca mais foram detetadas. Historiadores admitem prática de genocídio, porque as etnias Kahêmba – sociedade tão autónoma como as Lûnda, Pênde e Ambûndu – desapareceram por completo em Angola.

¹⁹ McVeigh, *ibidem*.

²⁰ Fundação Dr. António Agostinho Neto, <http://www.faan.og.ao/>

Em finais de fevereiro, o Governador-Geral comunica finalmente a Salazar que o conflito se encontra completamente sanado. Logo a seguir, o Quartel-General em Luanda emite um relatório nos seguintes termos: «Tudo se transformou numa alegre reunião de brancos e pretos, numa verdadeira e franca confraternização. Não houve um único tiro disparado. Foi explicado que [os agricultores] deviam recomeçar o trabalho do algodão, o que eles prometeram fazer imediatamente. (...) Com a evolução favorável dos acontecimentos na Baixa do Caçanje, a ação operacional das forças portuguesas foi cedendo lugar à assistência sanitária às populações. Após uma pacificação total, as companhias em operações recolheram e ficaram apenas destacados efetivos em Marimba e Malange. (...) Foi extinto o Batalhão de Caçadores Eventual».

Nenhuma força política²¹ reivindicou influências em Caçanje ou se reclamou como continuidade dos acontecimentos ali sofridos²². Nas Conferências dos Povos de África no Gana e na Libéria, nos anos de 1958 e 1959, ouviram-se vagas referências à *independência para Angola*, mas em 1960 Agostinho Neto e Joaquim Pinto de Andrade foram presos em Lisboa.

Caçanje despertou consciências e fez acender o rastilho da luta armada. Holden Roberto criou em Leopoldville a União dos Povos de Angola, que mais tarde vai transformar-se em FNLA. E, em 15 de março de 1961, a

²¹ Um manifesto redigido em 10 de dezembro de 1956, em Luanda, por Viriato da Cruz, então dirigente do Partido Comunista de Angola, é por vezes apontado como a data da fundação do MPLA – Movimento Popular para a Libertação de Angola. No entanto, o primeiro documento assinado com carimbo da organização só surge em 1960 após a escolha do seu primeiro presidente, Agostinho Neto. Nesse intervalo de tempo, mais de três anos, multiplicam-se os problemas da clandestinidade. Sucedem-se prisões, nomeadamente durante 1958, ano de “eleições” presidenciais em Portugal. Realizam-se alguns encontros onde a criação do Movimento é discutida, mas não existem referências a ações do MPLA. A primeira ocorre apenas na sequência do 4 de Fevereiro de 1961 – os acontecimentos em Luanda organizados pelo cónego Manuel das Neves – que o MPLA reivindica no exterior. Já depois da guerra, dirigentes como os antigos líderes do Movimento Santos Lima e João Van Dunem, declaram que a criação do MPLA deve ser «retardada» para depois do histórico «4 de fevereiro».

²² O “4 de janeiro” teve características mais identificáveis com a contestação social do que com a insurreição armada. (...) O início da luta armada de libertação é o “4 de fevereiro”. Pezarat Correia, Pedro (2017) «... da Descolonização – Do protonacionalismo ao pós-colonialismo», Book Cover Editora (pp. 124-125).

UPA mata à catanada 800 brancos e pretos nas fazendas do café nos Dembos, Negage, Úcuca e Nambuanguongo, no que ficou para a história como a primeira ação da Guerra de Libertação.

A Organização Internacional do Trabalho – OIT tinha conhecimento das condições desumanas de trabalho em Angola, mas só depois de afogada em sangue a greve no Caçanje é que o caso foi discutido na Organização das Nações Unidas – ONU.

Quatro meses mais tarde, Lisboa decretava o fim da cultura obrigatória do algodão.²³



Chefes e capatazes numa “foto de família” à porta da Cotonang.

²³ *Diário do Governo* de 2 de Maio de 1961 – Decreto-Lei n° 43639.

...a partir de 1961, a situação das relações laborais em Angola mudou radicalmente. O movimento de libertação nacional, liderado pelo MPLA, exigia a melhoria das condições de trabalho e a participação dos trabalhadores na gestão da empresa. O movimento de libertação nacional exigia a melhoria das condições de trabalho e a participação dos trabalhadores na gestão da empresa. O movimento de libertação nacional exigia a melhoria das condições de trabalho e a participação dos trabalhadores na gestão da empresa.

Nenhuma força política conseguiu influenciar em Caxangue a reabertura crane continuada dos acordos de trabalho. Na Conferência dos Trabalhadores de Caxangue, em 1958 e 1959, o movimento de libertação nacional exigia a melhoria das condições de trabalho e a participação dos trabalhadores na gestão da empresa.

Um movimento de libertação nacional exigia a melhoria das condições de trabalho e a participação dos trabalhadores na gestão da empresa. O movimento de libertação nacional exigia a melhoria das condições de trabalho e a participação dos trabalhadores na gestão da empresa.

...a partir de 1961, a situação das relações laborais em Angola mudou radicalmente. O movimento de libertação nacional, liderado pelo MPLA, exigia a melhoria das condições de trabalho e a participação dos trabalhadores na gestão da empresa.



Malanje: a espaços, a administração da Cotonang autorizava o Governador Geral de Angola a ver máquinas em laboração.

...a partir de 1961, a situação das relações laborais em Angola mudou radicalmente. O movimento de libertação nacional, liderado pelo MPLA, exigia a melhoria das condições de trabalho e a participação dos trabalhadores na gestão da empresa.

Desfecho

O poder em Lisboa estava pronto a usar o indígena da forma menos dispendiosa possível, o que significava um baixo nível de investimento, um alto grau de trabalho compulsório e a manutenção de mão de ferro sobre os colonos.¹

Na década de 1920, um admirador de Oliveira Martins, para justificar medidas repressivas em relação aos autóctones, explicava que Portugal, «nação fraca», deveria «pôr de banda utopias» humanitárias, porque não fazia qualquer sentido em conceder aos indígenas «liberdades que limitariam a sua rentabilidade, quando o queurgia era, pelo contrário, obter deles um quantum de produção compatível com o seu vigor físico e a aspereza do trabalho.²

Os portugueses, nas suas colónias, nunca entenderam aquilo que René Pélissier retrataria mais tarde como «revoltas de desespero» e «explosões de miséria» dos trabalhadores.³

¹ Barbeitos, Arlindo – op. Cit.

² Granger, Amável (1926) *Facetas de Angola*, Paris-Lisboa : Aullaud-Bertrand, pp. 94.

³ Pélissier, René (1978), *La Colonie du Minotaure* – Orgeval.

Desfecho

O poder em Lisboa estava pronto a dar o indício da forma menos depen-
dente possível, e que significava um pouco mais de investimento em alta grau de
trabalho compulsório e a manutenção de mais de dois mil colonos.
Na década de 1930, um administrador de Olivença Marinho, para justifi-
car medidas repressivas em relação aos trabalhadores, explicou que Portugal
estava farto, devendo pôr de banda as suas obrigações humanitárias, porque não fazia
qualquer sentido em conceder aos indígenas «liberdade que limitavam a sua
utilidade, quando o que se queria era obter o máximo de rendimento de
trabalho compulsivo com o seu vigor físico e a ausência de trabalho».
Os portugueses, nas suas colónias, nunca encontraram depois que René
Pélissier tentaria mais tarde contra a vontade de desportos e «exploração de mis-
sões dos trabalhadores».

1. Trabalho Africano - op. cit.
2. Ganga, António (1935) Povos do Alentejo. Lisboa: Editorial Estampa, pp. 34.
3. Pélissier, René (1978). La Colonie du Mozambique - Oprel...

Índice

Preâmbulo	5
Contra as condições de trabalho	9
Pindjikitani, 3 de agosto de 1959	11
Mueda, 16 de junho de 1960	19
Caçanje, 4 de janeiro de 1961	27
Desfecho	41

